



Processo de impeachment começa a tramitar no Senado

Após a leitura da denúncia hoje à tarde no Plenário, partidos passarão a indicar os membros da comissão que fará a análise prévia do tema

A documentação foi entregue ontem pela Câmara. Hoje o presidente do Senado, Renan Calheiros, lerá a denúncia contra a presidente Dilma e a autorização da abertura do processo, aprovada no domingo pelos deputados. A comissão especial

encarregada do assunto no Senado terá o presidente e o relator escolhidos por eleição e deve apresentar parecer em dez dias úteis.

O relatório será submetido ao Plenário. Se a continuação do processo for aceita, Dilma será afastada por 180 dias e o Senado analisará o mérito da acusação.



Jefferson Rudy/Agência Senado

"Garantiremos o processo legal, o prazo de defesa e o contraditório", diz Renan após receber documentação da Câmara

Seis senadores preparam proposta de nova eleição presidencial em outubro

Discursos repercutem resultado da votação de domingo na Câmara

Parlamentares devem julgar se presidente cometeu ou não crime de responsabilidade

6 e 7

Redução da maioria penal volta a ser discutida no Senado 8

Audiência pública trata do desenvolvimento tecnológico do DF 3

Lei que proíbe revista íntima de funcionárias entra em vigor 2

Texto prevê verbas para integração das cidades do Entorno de Brasília 3

especial Cidadania

Para proteger meio ambiente, projetos determinam fim das sacolas plásticas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania analisa dois projetos de lei que estabelecem o fim de sacolas de plástico, como as distribuídas em supermercados. Já há leis municipais nesse sentido, que seguem um movimento mundial, uma vez que as sacolinhas comuns são feitas a partir de petróleo ou gás natural, que são recursos não renováveis e levam até 450 anos para se decompor. Elas estão entre as grandes vilãs das enchentes nas cidades, por exemplo, pois entopem bueiros. 4 e 5



Rafael Neddermeyer/Fotos Públicas

Em São Paulo, supermercado distribui aos consumidores sacolas feitas com material reciclável

Senadores debatem novas regras para dívidas dos estados

A Comissão de Assuntos Econômicos faz hoje audiência sobre o projeto que estabelece novas regras para o pagamento das dívidas dos estados com a União. A proposta, entre outros pontos, dá até dez anos extras para a quitação. Deverão participar representantes do Ministério da Fazenda e dos estados. 3

Comissão de Educação deve votar Lei Rouanet para universidades

Projeto de Aloysio Nunes Ferreira garante às instituições públicas de ensino superior acesso à Lei de Incentivo à Cultura. O relator, Antonio Anastasia, é favorável à proposta, que também permite usar os Fundos de Investimento Cultural e Artístico para reformar, construir e equipar salas de aula. 3

Delcídio pede para adiar depoimento marcado para hoje 2

Residentes em pediatria poderão ter novo currículo 8

Nova lei fixa 2016 como Ano do Empoderamento da Mulher na Política 2

Colegiado analisa texto que prevê campanhas de uso racional da água 8

Revista de funcionárias no trabalho está proibida

A lei foi publicada na edição de ontem do *Diário Oficial da União*, com apenas um veto presidencial. Votada em março de 2015 no Senado, ela retornou à Câmara, onde o texto final foi aprovado em abril

COMEÇOU A VIGORAR ontem a Lei 13.271/2016, publicada no *Diário Oficial da União*, que proíbe revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho e trata da revista em ambientes prisionais.

Sancionada pela presidente Dilma Rousseff na sexta-feira, a lei nasceu de projeto (PLC 2/2011) da deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), que foi modificado no Senado e votado pelo Plenário em março de 2015. O texto voltou à Câmara, onde foi aprovado definitivamente em abril deste ano.

De acordo com a lei, as empresas privadas, os órgãos e as entidades da administração pública direta e indireta ficam proibidos de adotar qualquer prática de revista íntima de funcionárias e clientes do sexo feminino.

Em caso de infração, estarão sujeitos a uma multa de R\$ 20 mil, valor revertido aos órgãos de proteção dos direitos da mulher. A multa dobra se houver reincidência.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a jurisprudência do Tribunal Superior

do Trabalho já proibiam revista íntima em trabalhadoras da iniciativa privada. A lei agora estende a proteção às funcionárias do setor público.

Foi vetado artigo que dizia que, em ambientes prisionais, a revista seria realizada por funcionárias mulheres. De acordo com as razões do veto, o artigo possibilitaria a revista íntima nas prisões e a interpretação de que essas revistas seriam realizadas unicamente por servidoras, tanto em homens quanto em mulheres.

Delcídio pede novo adiamento do depoimento no Conselho de Ética

O senador Delcídio do Amaral (sem partido-MS) pediu ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar adiamento do depoimento que está marcado para hoje, às 10h. Ele alegou que o colegiado não recebeu ainda do Supremo Tribunal Federal (STF) as gravações da conversa entre ele e o filho de Nestor Cerveró, Bernardo Cerveró, conforme requisitado pela defesa.

A assessoria do presidente do conselho, João Alberto

Souza (PMDB-MA), informou que a reunião está mantida e que caberá ao colegiado definir os próximos passos. Se for confirmado o não comparecimento de Delcídio, essa será a terceira tentativa frustrada para a audiência do senador.

O relatório de Telmário Mota (PDT-RR), que recomendou instaurar processo de cassação por quebra de decoro parlamentar de Delcídio, foi aprovado em 16 de março.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário após as 19h50 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.



Em Rondônia, revista íntima em presídio tem um banco detector de metais. Artigo sobre isso foi vetado na sanção da lei

Lei incentiva empoderamento feminino

Foi publicada ontem a Lei 13.272/2016, que institui o ano de 2016 como o Ano do Empoderamento da Mulher na Política e no Esporte. A lei foi sancionada na sexta-feira pela presidente Dilma Rousseff e entrou em vigor a partir da publicação.

A lei é originária de projeto (PLS 515/2015) de Fátima Bezerra (PT-RN), Romário (PSB-RJ) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Na justificativa do projeto, os senadores dizem que “a participação feminina, em todas as instâncias da so-

riedade brasileira, é crescente e demonstra que o país despertou para esse importante tema”.

De acordo com eles, um dos setores em que a desigualdade entre os gêneros é acentuada é o esporte, principalmente quando se trata da mulher com deficiência. Portanto, dizem, a lei será bastante importante sobretudo em 2016, por conta da realização no Brasil dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

Araucárias

Também foi sancionada ontem a Lei 13.273/2016, que

demarca os limites do Parque Nacional de São Joaquim, na Região Serrana de Santa Catarina.

Localizado em uma área de 49,3 mil hectares, o parque, que fica no sul do estado, foi criado em julho de 1961 para proteger os trechos remanescentes de bosques de araucárias.

A lei é originária do substitutivo elaborado no Senado ao PLC 107/2002, originalmente apresentado pelo então deputado Antônio Carlos Konder Reis.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CCT Parque tecnológico do DF**
8h45 A comissão realiza audiência pública interativa para debater o Parque Tecnológico Capital Digital, no Distrito Federal.
- CMA Construção sustentável**
9h30 A comissão analisa o PLS 252/2014, sobre a adoção de práticas de construção sustentável, e mais 15 itens.
- CAE Dívidas dos estados**
10h A comissão faz audiência pública interativa para debater o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal. Entre os convidados, representantes do Ministério da Fazenda e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
- CONSELHO DE ÉTICA Depoimento**
10h Está marcado o depoimento do senador Delcídio do Amaral no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

- PRESIDÊNCIA Reunião de líderes**
11h Renan Calheiros comanda reunião de líderes. Às 16h, preside a ordem do dia.
- MP 700 Regras para desapropriação**
11h Análise da MP que altera as normas sobre desapropriações por utilidade pública.
- MP 707 Agricultores e caminhoneiros**
11h Análise da MP que permite renegociar dívidas de agricultores e caminhoneiros.
- CE Lei Rouanet**
11h30 O PLS 472/2015, que inclui projetos de instituições públicas de ensino superior na Lei Rouanet, está na pauta.
- PLENÁRIO Impeachment**
14h Autorização para abrir processo será lida na ordem do dia.
- MP 714 Tarifa aeroportuária**
14h30 Plano de trabalho da MP que dá fim ao adicional de tarifa aeroportuária.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
• **Alô Senado:** 0800 612211
• **Acompanhe:** • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
• TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, **audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Audiência discute plano de auxílio aos estados

Proposta do governo federal, que promete dar alívio aos cofres estaduais, alonga o prazo de pagamento das dívidas com a União e autoriza renegociações com o BNDES

O PLANO DO governo federal para auxílio aos estados e ao Distrito Federal deve ser discutido em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) hoje. A proposta central, segundo projeto de lei complementar em tramitação na Câmara dos Deputados (PLP 257/2016), é o alongamento do prazo de pagamento da dívida dos estados com a União em 20 anos.

O projeto do governo também autoriza a renegociação das operações de crédito contratadas até 31 de dezembro de 2015 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Se a proposta for aprovada, os estados poderão fazer um acréscimo de até dez anos nos prazos contratuais originais. Os primeiros quatro anos serão de carência do principal.

Com essas duas medidas, o governo estima um alívio financeiro para os estados de R\$ 36 bilhões até 2018. Para autorizar a renegociação, a União exigirá uma série de contrapartidas dos estados, em termos de reformas estruturais.



Comissão de Assuntos Econômicos, presidida por Gleisi Hoffmann (E), ouve hoje especialistas e representantes do Ministério da Fazenda e de governos estaduais

A lista de convidados consta de requerimentos dos senadores Ricardo Ferraço (PSDB-ES) e Gleisi Hoffmann (PT-PR). São eles: Dyogo Oliveira, secretário-executivo do Ministério da Fazenda; Ana Carla Abrão Costa, secretária da Fazenda de Goiás; Marcos Lisboa, doutor em economia pela Universidade da Pensilvânia; e Pedro Linhares Rossi, professor do Instituto

de Economia da Unicamp. Gleisi, que preside a CAE, sugeriu também o convite a André Horta Melo, secretário da Tributação do Rio Grande do Norte e coordenador do Conselho Nacional de Política Fazendária.

Contrapartidas

Ferraço questiona se as contrapartidas exigidas dos estados serão suficientes para

manter a trajetória sustentável das contas públicas. Deseja ainda saber quais subsídios aos estados mais endividados serão dados com a renegociação das dívidas.

Para Ferraço, os problemas fiscais revividos pelo país, 15 anos depois da Lei de Responsabilidade Fiscal, sinalizam a necessidade de medidas urgentes e aprimoramento da legislação.

De acordo com o senador, a CAE deve assumir o protagonismo de analisar a situação das finanças estaduais e discutir medidas para solucionar os problemas.

A audiência acontece a partir das 10h. Os interessados podem participar do debate da comissão.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Comissão debate parque tecnológico do Distrito Federal

O desenvolvimento tecnológico do Distrito Federal é tema de audiência pública hoje, às 8h45, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O governo local começou, em 2013, uma licitação para a instalação de um parque

tecnológico na região, mas o processo foi questionado pelo Tribunal de Contas do DF. Hélio José (PMDB-DF) é o autor do pedido de audiência.

— Temos, em Brasília, uma cidade digital com um parque tecnológico que já está há muitos anos em debate, desde o

governo do senador Cristovam Buarque [1995-1999], e não vai para a frente — argumentou.

Foram convidados Graciano de Queiroz, da Federação das Indústrias do DF; Oskar Klingl, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do DF; Eronildo Braga Bezerra,

do Ministério da Ciência e Tecnologia; e Mário Henrique Silva e Lima, da Terracap. Também deve participar representante da Universidade de Brasília (UnB).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Projeto reserva ao DF e Entorno recursos de fundo constitucional

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) pode votar amanhã projeto que reserva 10% dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) para programas de desenvolvimento da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride). O texto, de Ronaldo Caiado (DEM-GO), tem relatório pela rejeição de José Medeiros (PSD-MT).

Caiado lembra que o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) recebe significativo volume de recursos, não tendo perdas relevantes com a vinculação de recursos do FCO. Ele pondera que os benefícios ao Entorno reduziriam a pressão sobre os serviços públicos do DF.

Medeiros argumenta que a reserva de recursos não seria suficiente para garantir o desenvolvimento da Ride, o que depende de investimentos de União, DF, Goiás, Minas Gerais e municípios integrantes. Ele também destacou as finalidades distintas do FCO e do FCDF.

A comissão também pode avaliar o PLS 331/2015, que destina 5% das unidades do Programa Minha Casa, Minha Vida a trabalhadores da construção civil.

Universidade pode passar a ter recursos da Lei Rouanet

Instituições públicas de ensino superior podem passar a receber recursos da Lei Rouanet. A Lei de Incentivo à Cultura estabelece várias formas de fomento, como deduções e isenções fiscais a pessoas e empresas, que podem aplicar parte do Imposto de Renda devido em ações culturais.

O projeto está na pauta de hoje da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Se aprovado, o texto (PLS 432/2015) pode seguir para a Câmara, a menos que haja recurso para votação em Plenário.

A Lei Rouanet regula a dedução, no Imposto de Renda, de doações para diversas áreas, como artes cênicas, livros, exposições de arte e cinema. O projeto inclui entre essas áreas a educação pública de nível superior. Além disso, permite a aplicação de recursos dos Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart) na construção, reforma e compra

de equipamentos para salas de aula dessas instituições.

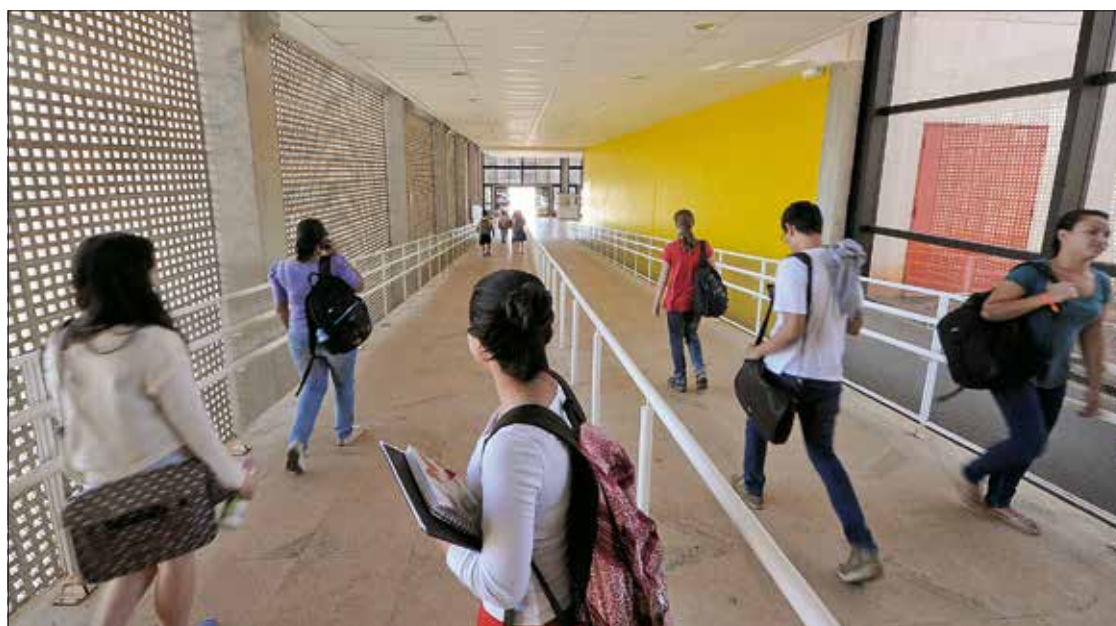
Para o autor, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), o ensino superior gera cultura e, por isso, é justo que as entidades possam contar com esses recursos, especialmente em tempos de crise. “As instituições públicas

de ensino superior, mesmo limitadas por uma realidade de crise e de contingenciamento de recursos, poderão promover seus projetos tão indispensáveis ao fortalecimento de nossa cultura”, argumentou.

O relatório de Antonio Anastasia (PSDB-MG) é favorável ao

projeto, sem mudanças.

Também estão na pauta o PLC 297/2009, que determina que o trabalho voluntário seja considerado estágio pelos sistemas de ensino, e o PLS 246/2015, que inclui a inovação tecnológica no currículo do ensino fundamental.



Instituições públicas de ensino superior, como a Universidade de Brasília (UnB), seriam beneficiadas pela proposta



Sacola plástica é uma das maiores vilãs do meio ambiente

Belo Horizonte foi a primeira cidade no país a proibir o uso de sacola plástica em supermercados do município. Cresce no Brasil todo movimento para proibir o item não reciclável

Paola Lima

UM BILHÃO E meio de sacolas plásticas são consumidas no mundo por dia. Práticas, gratuitas e presentes em praticamente toda compra do brasileiro, as sacolinhas têm alto custo ambiental: produzidas a partir de petróleo ou gás natural (recursos naturais não-renováveis), depois de usadas, em geral por uma única vez, costumam ser descartadas de maneira incorreta e levam cerca de 450 anos para se decompor. Nesse tempo, aumentam a poluição, entopem bueiros

impedindo o escoamento das águas das chuvas ou vão parar em matas, rios e oceanos, onde acabam engolidas por animais que morrem sufocados ou presos nelas. Poucas chegam a ser recicladas.

Não à toa ganharam status de vilãs do meio ambiente. Já há algum tempo há uma mobilização social para acabar com elas.

— Retirar as sacolas plásticas de circulação traz como principal vantagem a preservação do meio ambiente, a despoluição, porque essas sacolas formam uma camada plástica de impermeabilização

no solo, além de causar também efeitos de gases poluentes na atmosfera — alerta a coordenadora do Núcleo de Sustentabilidade da Universidade de Brasília (UnB), professora Izabel Zanetti.

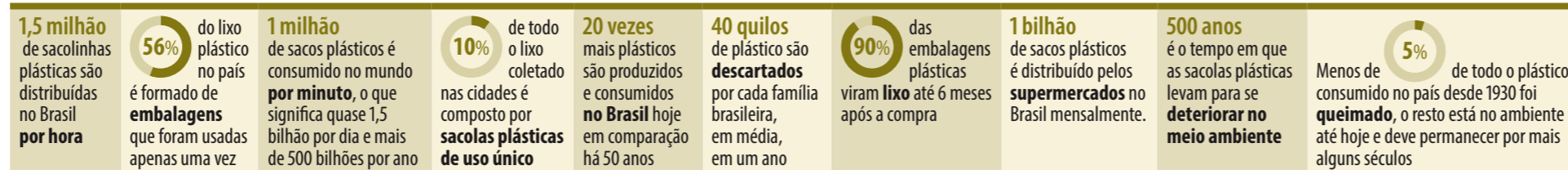
A cidade de Belo Horizonte foi a primeira a proibir a distribuição das sacolas, com a Lei Municipal 9.529/2008, que obriga a substituição do uso de embalagens plásticas por sacos e sacolas ecológicas. Em abril, a Prefeitura de São Paulo divulgou um balanço do primeiro ano em vigor da Lei Municipal 15.374/2011, que proíbe a distribuição gratuita ou

a venda de sacolas plásticas nos estabelecimentos comerciais da capital. A lei havia sido aprovada em 2011, mas passou por questionamentos judiciais e só pode ser regulamentada em fevereiro do ano passado.

Os dados da prefeitura paulista mostram uma redução de 70% nas sacolas tradicionais — que passaram a ser substituídas por dois novos modelos: um verde, destinado ao descarte de itens recicláveis, e outro cinza, para o descarte dos demais resíduos, incluindo orgânico, papel higiênico, fralda e absorventes.

Também agora em abril, o movimento pelo fim das sacolas plásticas ganhou a adesão da Apple, a gigante norte-americana, considerada uma das maiores empresas do mundo em valor de mercado. Em uma nova política de preservação do meio ambiente, a Apple começa em abril a substituir suas tradicionais sacolinhas com logotipo por outras de papel reciclado. Além disso, os vendedores serão orientados a, no ato da compra, consultar o cliente para saber se quer a sacola ou se prefere colocar seu produto diretamente na bolsa ou mochila.

Alerta em números



Usadas em supermercados, as sacolas representam 10% de todo o lixo coletado

Projetos de lei visam estimular uso de plástico reciclável

No Senado, o trabalho pelo fim das sacolas plásticas está presente em duas propostas em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ): os Projetos de Lei do Senado (PLSs) 322/2011 e 439/2012.

De autoria do senador licenciado Eduardo Braga, atual ministro de Minas e Energia, o primeiro projeto proíbe a utilização, fabricação, importação, comercialização e distribuição de qualquer sacola que tenha polietileno, propileno e polipropileno na composição.

Já o segundo, criado por estudante que integrou o Projeto Jovem Senador, prevê a substituição nos estabelecimentos comerciais das sacolas plásticas comuns por sacolas reutilizáveis, confeccionadas em material reciclável e resistente ao uso, num prazo de cinco anos.

Presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA), onde os projetos terão de ser analisados, o senador Otto Alencar (PSDB-BA) acredita que proibir a circulação das sacolas plásticas é fundamental para conservação do meio ambiente. O senador relata que, principalmente nas cidades de interior, onde não há coleta seletiva de lixo ou um aterro sanitário para descarte adequado dos dejetos, os sacos plásticos acabam descartados de qualquer jeito.

— Acho que essa proibição já deveria ter sido feita há muito tempo. As pessoas jogam o saco em qualquer lugar, fazem isso sem consciência do que pode

acontecer e geram uma série de problemas. O governo deveria fazer também uma campanha educacional para que as pessoas tomem consciência da gravidade desse comportamento — pondera o senador, que conta já ter adquirido o hábito de, ao ir a uma farmácia, por exemplo, dispensar a sacolinha e carregar o medicamento nas mãos ou no bolso.

Redução

Hábito semelhante tem a dona de casa Patrícia Cardoso, moradora de Brasília, que há cerca de três anos reduziu consumo de sacolas plásticas. Patrícia conta que sua meta principal é diminuir a produção de lixo da casa e, em decorrência disso, já consegue usar

menos sacolas.

— Eu levo um carrinho para compras na feira, tenho sacolas retornáveis para o supermercado e também uso caixas de papelão. Posso dizer que alcancei uma redução de 80% no consumo dessas sacolinhas — comemora.

As poucas sacolas que recebe nas compras, em casos pontuais ou numa emergência, usa para descartar o lixo molhado. Patrícia garante que o novo hábito não exigiu nenhum esforço grandioso. Foi apenas uma questão de ajustes no comportamento, como lembrar de levar a sacola retornável sempre que saía às compras e de recusar os sacos ao embalar produtos. Hoje, garante, essas ações já se tornaram automáticas.

Campanha educativa garante novos hábitos

O consultor legislativo do Senado Luiz Beltrão, da área de meio ambiente, lembra que existem três tipos de políticas adotadas para mudar um hábito. A primeira delas é a política de comando e controle, por exemplo, leis que preveem multas e fiscalização, como as que terão origem a partir dos projetos do Senado. Um segundo tipo de política é a da medida econômica, como a cobrança das sacolas plásticas, o que impacta no bolso do consumidor, obrigando-o a repensar o uso das sacolas. O terceiro tipo são as políticas educativas: campanhas institucionais, mensagens e placas no mercado, propagandas na televisão e, acima de tudo, educação nas escolas.

— Se a gente não atingir as gerações mais novas, se nas escolas o tema não for tratado, outras medidas não vão adiantar. A reutilização e a reciclagem são o segundo, o terceiro passo.

O primeiro passo é não gerar (o lixo poluente). A nossa educação ambiental tem de atacar o problema na raiz — reforça Beltrão. A professora Izabel Zanetti também concorda com a necessidade de uma atuação casada entre Legislativo e Executivo. Ela considera que é importante ter a lei disciplinando a questão, mas é preciso também campanhas educacionais com a população — nas escolas e comunidades — e com os próprios governantes.

A proibição das sacolas plásticas já é prevista em lei em pelo menos 20 das 27 capitais brasileiras. A medida também foi adotada em dezenas de países pelo mundo. Na Irlanda, considerada um dos melhores exemplos de extinção das sacolas plásticas, elas passaram a ser cobradas em 2002 — por meio de um imposto batizado de Plas Tax, no valor de 22 centavos de euro por sacola — e, desde então, tiveram o consumo reduzido

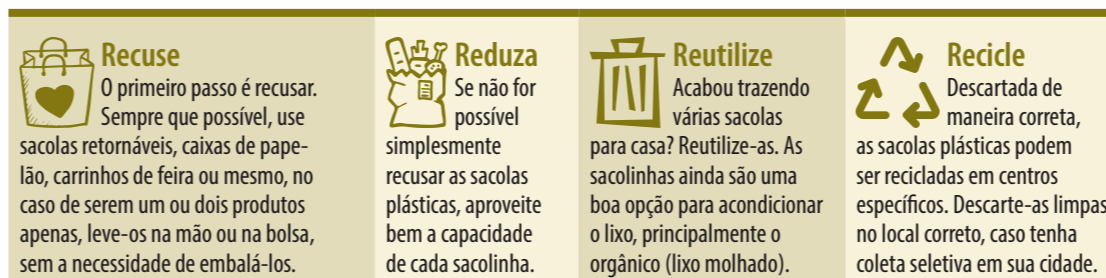
em mais de 90%.

Na China, onde cerca de 3 bilhões de sacolas eram consumidas por dia, a distribuição gratuita foi proibida. Já Chile e Alemanha incentivaram os comerciantes a oferecer aos clientes alternativa ao plástico, como sacolas de pano e caixas. Na França, o incentivo é para empresas que produzem sacolas biodegradáveis, que ganham benefícios para produzir mais. No Reino Unido, as sete maiores redes de supermercado fecharam acordo voluntário com o governo para reduzir o uso das sacolas plásticas em 50%. Em Bangladesh, uma lei federal proibiu totalmente o uso das sacolas.

Além deles, países como Canadá, Suécia, Estados Unidos, Austrália, Finlândia, Quênia, Taiwan, Ruanda e África do Sul também criaram leis para redução do consumo das sacolas plásticas.

Os “Rs” do consumo consciente

Enquanto não há uma norma geral em todo o país tratando das sacolas plásticas no comércio, algumas atitudes podem ajudar a população a diminuir a circulação delas nas cidades



Fonte: Ministério do Meio Ambiente



Caminhão de lixo no DF: apenas 1.322 municípios, pouco mais de 20% do total, possuem sistema de coleta seletiva de lixo

Reutilização de sacolas esbarra em coleta ruim

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, as sacolas plásticas não são o maior vilão do meio ambiente. O problema maior é o consumo excessivo, aliado ao descarte inadequado. Em 2009, o ministério lançou em parceria com grandes redes de supermercado a campanha Saco é um Saco, para incentivar novos hábitos. Uma das propostas era apostar nos “Rs” do consumo consciente: recusar, reduzir, reutilizar e reciclar (veja quadro abaixo).

A mudança de comportamento da população também é uma das principais ações defendidas pelo Instituto Socioambiental do Plástico (Plastivida), que representa as empresas da cadeia produtiva. Segundo o presidente da entidade, Miguel Bahiense, a tríade mudanças de comportamento + sacolas de qualidade + descarte correto com reciclagem é o pilar para amenizar danos das sacolas plásticas ao meio ambiente.

Bahiense explica que o instituto lançou um programa de qualidade das sacolas plásticas a fim de garantir que elas possam ser mais bem aproveitadas pelo consumidor, evitando assim o consumo excessivo. As sacolas produzidas dentro das normas da ABNT, apesar de serem de plástico comum, são mais grossas e capazes de suportar até seis quilos. Assim, o consumidor pode usar me-

nos sacolas para carregar suas compras, além de reutilizá-las com segurança para descartar o lixo molhado.

A Plastivida destaca que a sacola plástica é utilizada por cerca de 80% da população para embalar o lixo a ser jogado fora. Esse uso, reconhecido como uma prática aceitável pelos ambientalistas, ficaria comprometido com a saída das sacolas plásticas de circulação, já que a maioria da população não gostaria de incorporar o gasto com a compra de saco de lixo ao seu orçamento doméstico. Usar a sacola para jogar fora o lixo ou garantir que ela seja depositada nos lugares corretos para reciclagem já seriam ações de grande avanço ambiental, na avaliação da entidade.

Coleta de lixo

O descarte correto do plástico esbarra, porém, no deficiente sistema de coleta de lixo do país. Dados de 2014 do Sistema Nacional de Informações de Saneamento (SNIS), do Ministério das Cidades, constataram que a prática da coleta seletiva ainda está longe da realidade da população brasileira.

O número de casas atendidas por serviços de coleta regular de lixo aumentou entre 2013 e 2014. O déficit de atendimento, no entanto, ainda é grande: 17,3 milhões de pessoas moram em regiões sem nenhum tipo de

coleta, a maior parte em zonas rurais e pequenos municípios. Se a coleta regular não é universal, mais rara ainda é a seletiva, encontrada hoje em apenas 1.322 dos 5.561 municípios do país, pouco mais de 20% do total.

As informações coincidem com levantamento da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), feito no ano passado, logo após a entrada em vigor da Política Nacional de Resíduos Sólidos. O estudo revelou que dos 64 milhões de toneladas de resíduos produzidos pela população, 24 milhões, ou seja, 37,5% foram enviados para destinos inadequados. A pesquisa envolveu 400 municípios, abrangendo 91,7 milhões de pessoas. Por dia, o brasileiro gera, em média, um quilo de lixo.

Para Flexa Ribeiro (PSDB-PA), também integrante da CMA, a reciclagem é o caminho ideal para o material plástico. Mas o senador reconhece que, sem a implantação da coleta seletiva, o plástico atualmente não é reciclado em quantidade suficiente para evitar a poluição.

— Então, se trabalharmos por serviços de coleta regular de lixo aumentou entre 2013 e 2014. O déficit de atendimento, no entanto, ainda é grande: 17,3 milhões de pessoas moram em regiões sem nenhum tipo de



Plenário durante sessão especial do Projeto Jovem Senador; e senador Otto Alencar, presidente da Comissão do Meio Ambiente e defensor do fim das sacolinhas



Marcos Oliveira/Agência Senado



Assista a vídeo da Agência Senado sobre projetos do Senado para o descarte de sacolas plásticas: <http://bit.ly/cidadaniasacolas>

Saiba mais

- Campanha Saco é um Saco: sacoemsaco.gov.br
- Sistema Nacional de Informações de Saneamento: snis.gov.br
- Projeto de Lei do Senado 322/2011 <http://bit.ly/pls322de2011>
- Projeto de Lei do Senado 439/2012 <http://bit.ly/pls439de2012>
- Lei Municipal 9.529/2008, de Belo Horizonte: <http://bit.ly/Lei9529>
- Lei Municipal 15.374/2011, de São Paulo: <http://bit.ly/Lei15374>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania retoma amanhã proposta de emenda à Constituição de Aloysio Nunes, agora com mudanças do relator Ricardo Ferraço

Volta o debate da redução da maioridade penal

DOIS ANOS APÓS rejeitar a redução da maioridade penal pela via constitucional, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) volta a analisar amanhã proposta de emenda à Constituição de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) que abre a possibilidade de penalização de menores de 18 anos e maiores de 16 anos pela prática de crimes graves (PEC 33/2012).

Ricardo Ferraço (PSDB-ES), relator da proposta, apresentou substitutivo no qual manteve a aprovação do texto de Aloysio e rejeitou outras três propostas que tramitam em conjunto (PECs 74/2011, 21/2013 e 115/2015).

“A PEC 33/2012, diferente daquela aprovada ano passado na Câmara dos Deputados [PEC 115/2015], estabelece, de fato, uma terceira via tanto racional quanto ponderada para o problema da delinquência juvenil em nosso país, necessitando de algumas alterações”, diz Ferraço no parecer.

Na comparação com o seu primeiro relatório, derrubado pela CCJ em 2014, Ferraço fez poucas mudanças no texto substitutivo. Seu foco foi detalhar os crimes graves envolvendo menores que podem ser alvo do instituto jurídico chamado de desconsideração da imputabilidade penal.

Além dos crimes hediondos listados na Lei 8.072/1990, a redução da maioridade penal seria cabível nas práticas



Luiz Silveira/Agência ONU

Os maiores de 16 anos condenados por crimes como lesão corporal seguida de morte cumpriram pena em unidade separada da destinada aos maiores de 18 anos.

de homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e reincidência em roubo qualificado.

Ao contrário do que estabelece a proposta de Aloysio, o relator decidiu excluir desse rol o crime de tráfico de drogas.

A desconsideração da imputabilidade penal de menores de 18 anos e maiores de 16 anos deverá ser encaminhada pelo Ministério Público.

“É comum que se usem menores de idade como ‘aviõezinhos’ no tráfico de drogas, o que claramente não constitui delito cuja prática denota crueldade ou torpeza do autor. A desconsideração da imputabilidade nessas

circunstâncias poderia significar um equívoco”, justificou.

Requisitos

Como o relator fez questão de ressaltar, a concessão da redução da maioridade penal defendida pela PEC 33/2012 não será automática. Dependerá do cumprimento de alguns requisitos.

Deverá ser proposta exclusivamente pelo Ministério Público e decidida apenas por instância judicial especializada em questões da infância e adolescência.

O atendimento do pedido dependerá da comprovação da capacidade de compreensão do jovem infrator sobre o caráter criminoso de sua conduta,

levando em conta seu histórico familiar, social, cultural e econômico, bem como seus antecedentes infracionais, tudo atestado em laudo técnico e assegurado a ampla defesa e o contraditório.

A PEC suspende a prescrição do crime até o trânsito em julgado do pedido de flexibilização da imputabilidade penal. E estabelece que o cumprimento da pena vai se dar em unidade distinta da destinada a maiores de idade.

Estatuto

Na discussão da PEC 33/2012 na CCJ em 2014, senadores que defenderam sua derrubada deslocaram o debate para a necessidade de revisão da

norma legal que pune menores infratores no Brasil: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O Senado tomou decisão nesse sentido no ano passado, quando aprovou substitutivo ao PLS 333/2015, de José Serra (PSDB-SP). O texto cria regime especial de atendimento socioeducativo para menores que praticaram, mediante violência ou grave ameaça, delitos previstos na Lei de Crimes Hediondos. O projeto está na Câmara.

Em 2014, Randolfe Rodrigues (Rede-AP) pediu a rejeição da PEC, sustentando que a redução da maioridade é inconstitucional por atentar contra direitos e garantias individuais, ferindo cláusula pétreia.

Currículo pediátrico será discutido

O currículo pediátrico global, a ser adotado pelos residentes em pediatria, será debatido pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) amanhã, às 11h. A audiência pública foi solicitada por Cristovam Buarque (PPS-DF).

O novo currículo, que estabelece as aptidões e comportamentos necessários ao médico pediatra, foi elaborado pelo Global Pediatric Education Consortium (GPEC), que reúne instituições represen-

tantes de mais de 50 países. Inclui temas como violência, cuidados paliativos, medicina do esporte e saúde bucal. Também aprofunda a questão da saúde mental e da puericultura, com ênfase na influência do ambiente no crescimento e no desenvolvimento da criança. O currículo ainda torna obrigatório o estudo das doenças crônicas e amplia o treinamento em adolescência.

Foram convidados o presidente da Sociedade Brasileira

de Pediatria (SBP), Eduardo da Silva Vaz, o representante da SBP no GPEC, Dioclécio Campos Júnior, a professora do Departamento de Pediatria da Universidade de São Paulo (USP) Sandra Grisi, o secretário-executivo da Comissão Nacional de Residência Médica, Francisco Jorge de Oliveira, e um representante do Ministério da Educação.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Campanhas educacionais poderão estimular uso racional da água

Um projeto que inclui nos planos de recursos hídricos do governo a realização de campanhas educacionais periódicas para estimular o uso racional da água está na pauta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que se reúne hoje, às 9h30.

O PLS 587/2015, que é um dos 16 itens em pauta, determina o financiamento dessas iniciativas com recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos.

O autor do projeto, José Agripino (DEM-RN), diz que as mudanças climáticas poderão tornar mais frequentes e intensas as estiagens e que é preciso promover o consumo consciente da água não apenas em períodos de racionamento.

Para o senador, “trata-se de garantir, em lei, um processo duradouro de conscientização que contribua para consolidar atitudes mais proativas em

favor da sustentabilidade ambiental”.

O Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos feito pela Agência Nacional das Águas (ANA) e divulgado em 2013 afirma que o Brasil possui 3.607 metros cúbicos por habitante de volume máximo disponível para armazenamento de água. Essa estimativa é superior a vários continentes, só perdendo para o volume armazenado pela América do Norte, de 5.660 metros cúbicos por habitante.

Conscientização

Segundo o relator do projeto na CMA, Otto Alencar (PSD-BA), o texto contribui para a formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico e para a preservação dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente.



Pediatra faz atendimento no centro obstétrico da Santa Casa de Ponta Grossa (PR): atividade deverá ter currículo global